

PROJETO DE LEI Nº 57 /2025

Institui o Curso de Primeiros Socorros durante o Pré-Natal no Município de Congonhas e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Congonhas, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sancionou e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Congonhas, o Curso de Primeiros Socorros durante o período de Pré-Natal, com o objetivo de capacitar gestantes e acompanhantes sobre cuidados e ações emergenciais em casos de acidentes com recém-nascidos, como engasgamento, sufocação, afogamento, asfixia, entre outras situações.

Art. 2º Os cursos de que trata esta Lei serão realizados exclusivamente nas unidades da atenção primária à saúde – Posta de Saúde da Família (PSFs) – do Município de Congonhas, com atuação de profissionais da própria rede municipal.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Saúde será responsável pela coordenação, implantação e execução dos cursos referidos nesta Lei, podendo contar com o apoio de outras secretarias e órgãos públicos.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Saúde poderá desenvolver programas de capacitação voltados aos profissionais da rede municipal de saúde, visando à qualificação para o atendimento às situações de urgência e emergência neonatal.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 90 (noventa) dias, definindo os critérios de seleção dos participantes, carga horária, periodicidade, conteúdo programático e demais aspectos operacionais.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congonhas, 30 de julho de 2025.



Averaldo Pereira da Silva (Pica-Pau)

Vereador

Câmara Municipal de Congonhas



PROTOCOLO GERAL 2029/2025

Data: 01/08/2025 - Horário: 11:42
Legislativo

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa instituir no Município de Congonhas o Curso de Primeiros Socorros durante o Pré-Natal, destinado a gestantes e seus acompanhantes, com o objetivo de capacitá-los quanto à identificação e intervenção em situações de emergência envolvendo recém-nascidos, tais como engasgamento, sufocação, afogamento e outras ocorrências comuns na primeira infância.

A proposta encontra respaldo constitucional nos artigos 6º, 196 e 227 da Constituição da República Federativa do Brasil, os quais estabelecem, respectivamente, a saúde como direito social, dever do Estado e prioridade absoluta da criança, impondo ações que garantam sua integridade física desde o nascimento.

Do ponto de vista federativo, o artigo 30, incisos I e II da Constituição Federal, outorga ao Município competência para legislar sobre assuntos de interesse local, assim como suplementar a legislação federal e estadual no que couber. A prevenção de acidentes domésticos e a promoção de saúde básica no ciclo gravídico-puerperal, evidentemente, enquadram-se como questões de interesse direto da comunidade local.

Adicionalmente, a proposta está alinhada com as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança, implementada pelo Ministério da Saúde, que recomenda ações educativas integradas às consultas de pré-natal, ampliando o cuidado e a orientação dos futuros responsáveis por crianças.

A operacionalização dos cursos será realizada diretamente nos Postos de Saúde da Família (PSFs), aproveitando a estrutura e os profissionais já atuantes na atenção básica à saúde. Nada impede, contudo, que o Poder Executivo estabeleça parcerias com entidades especializadas, desde que mantida a coordenação e supervisão pela rede municipal de saúde.

Experiências já consolidadas em outros municípios do país demonstram a eficácia e a viabilidade dessa política pública. Esses exemplos reforçam a validade da proposta, além de fornecerem base prática para a sua implementação local.

A relação custo-benefício dessa medida é altamente favorável. Trata-se de uma ação de baixo custo, que utiliza infraestrutura já existente nas unidades de saúde, e oferece retorno social incalculável, especialmente na preservação da vida de crianças em seus primeiros meses de vida, período este de extrema vulnerabilidade.

Diante do exposto, e na certeza de que a proteção à vida e à saúde das nossas crianças deve ser prioridade absoluta do poder público municipal, conclamo

aos nobres Vereadores e Vereadoras desta Casa Legislativa o apoio e a aprovação da presente proposição.

Congonhas, 30 de julho de 2025.



Averaldo Pereira da Silva (Pica-Pau)

Vereador